



CONEXÕES ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR NECESSÁRIO

BARBOSA, F.¹; ARAÚJO, W.P.²

¹ Discente do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituição associada IFNMG – *Campus Montes Claros*; ² Docente do IFNMG – *Campus Januária*

Introdução

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão, o que influenciou muito a estrutura social brasileira que ainda reflete a herança desse período. Revelando ao longo da história do país uma configuração estrutural da sociedade que evidencia a negação de acesso a direitos básicos e a fragilidade das políticas públicas para o enfrentamento à discriminação racial.

Ao que se refere à educação como direito, destaca-se como objeto de estudo a Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como política pública que tem defendido a formação integral do ser humano. Dessa forma, o que se problematiza é a dimensão das práticas educativas em relação ao ensino que mobilize e promova a educação antirracista. Defender a formação integral implica reconhecer, também, a história de luta contra o racismo no Brasil.

Ao se refletir sobre o tema educação antirracista, é necessário considerar que no trajeto histórico da escravização e da discriminação, o povo negro nunca deixou de resistir. Almeida (2019) relata que embora a luta contra o racismo tenha origens muito antigas, é a partir do século XX que sucedem movimentos sociais que adotam um protagonismo político decisivo. Para este autor, o aprofundamento intelectual e político dos movimentos sociais estimulou práticas, tanto políticas quanto pedagógicas, inovadoras, de combate ao racismo.

No Brasil, afirma Almeida (2019), a participação dos movimentos sociais desempenharam importante papel na criação dos direitos fundamentais e sociais da Constituição Federal de 1988, além de leis para promoção de ações afirmativas, como: a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo das escolas de nível Fundamental e Médio (Lei nº 10.639/2003), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), o direito às cotas raciais nas instituições federais de ensino superior (Lei nº 12.711/2012) e em concursos públicos federais (Lei nº 12.990/2014).

Ramos (2008) ao tratar sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio Integrado, enfatiza que este debate suscita pensar em uma concepção justa de sociedade, que ao educar integre a valorização da diversidade dos sujeitos, assegurando direitos sociais para todos.

Nesse sentido, Almeida (2019) traz à luz o racismo estrutural, elucidando o fato de que se as instituições reproduzem práticas que visam a manutenção e estabelecimento da ordem social, elas assim o fazem porque estão condicionadas por uma estrutura social pré-existente. Dessa forma, o racismo expressado por essa instituição faz parte dessa estrutura social. Para Almeida (2019), sendo as instituições o palco de conflitos de diversas ordens, elas também podem se posicionar frente a estes, de modo a combatê-los, em vez de reproduzi-los.

Ramos (2008) corrobora afirmando que aquilo que existe hoje é resultado de lutas e contradições sociais, portanto, acredita na disposição da coletividade em defender ideias e fazer proposições de novas possibilidades. E que o processo formativo de integração do Ensino Médio compreende a formação omnilateral, em seu primeiro sentido, como sendo a busca de conceber a formação humana, integrando todas as dimensões da vida humana.



Desse modo, conforme Gomes (2006), é dever de todos os seres humanos combater a naturalização e a estigmatização das diferenças, uma vez que, até então, a discriminação e o racismo têm promovido um intenso processo de desumanização.

De acordo com Gomes (2005) é necessário ter sensibilidade para perceber a manifestação do processo de formação humana no cotidiano da escola, pois é assim que surgem oportunidades de criar novas possibilidades de convivência e respeito mútuo entre professores, estudantes e a comunidade escolar.

A partir dessa reflexão que intenta encontrar as conexões entre educação profissional na perspectiva da formação humana e da educação antirracista, apresentamos o resultado parcial de uma pesquisa de mestrado, em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT, associado ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, *Campus* Montes Claros. A referida pesquisa tem como objetivo analisar como são tratadas as questões do antirracismo no âmbito da formação técnica de nível médio nos cursos integrados no IFNMG-*Campus* Almenara, desvelando a possibilidade da educação antirracista como forma de resistência e contribuição para a formação integral do sujeito.

Material e Métodos

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa e foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, através da Plataforma Brasil. Inicialmente em seu desenvolvimento efetuou-se uma pesquisa bibliográfica com o intuito de, através de uma investigação científica de obras já publicadas, construir-se o embasamento teórico necessário para a realização do estudo proposto.

Utilizou-se como procedimento para coleta de dados a aplicação de questionários (questões abertas e fechadas) para estudantes e professores das turmas de 3º ano, do ano letivo de 2023, dos cursos técnicos em Agropecuária, Informática, Zootecnia e de Administração, do Ensino Médio Integrado, do IFNMG-*Campus* Almenara. O recrutamento dos participantes da pesquisa ocorreu presencialmente entre os meses de maio a junho, em diversas visitas ao *campus*, para contato com o público alvo. A aplicação dos questionários ocorreu remotamente, pelo emprego de formulários eletrônicos, divulgados por *WhatsApp* e *e-mail*. Para os estudantes a aplicação e coleta de dados ocorreu no mês de junho de 2023 e para os professores, entre os meses de junho a agosto de 2023.

Resultados e Discussão

O levantamento de dados, por meio dos formulários, contou com a resposta de 33 estudantes e 10 professores dos cursos participantes, citados anteriormente.

A partir dos resultados colhidos nos questionários, é possível constatar quanto aos estudantes, que 60,6% se autodeclararam pessoas pardas, 15,2% como pretas, 18,2% como brancas e 6,1% como amarelas. Dos que se autodeclararam como pessoas pretas e pardas 100% afirmou que nunca foi vítima de discriminação/preconceito racial, no IFNMG-*Campus* Almenara. Porém, 33,3% dos estudantes autodeclarados pretos e pardos declararam terem sofrido discriminação/preconceito racial em algum momento de suas vidas, ao frequentarem outros ambientes sociais. Em se tratando de cor/raça, 84,8% afirmou acreditar que o IFNMG trata a todos os alunos com igualdade de direitos, enquanto 15,2% afirmou não ter certeza. 75,8% afirmou nunca ter presenciado situações de discriminação/preconceito racial nas dependências do *campus*. Entretanto, 18,2% afirmou que presenciou situações em que um estudante discriminou um colega e 6% relatou que presenciou situações em que estudante discriminou professor. Quando indagados se o currículo aplicado incluía o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, 42,4% afirmou que sim, outros 42,4% afirmou não ter certeza e 15,2% declarou que não.



Quanto à satisfação em relação à forma com que o IFNMG trata as questões raciais: 51,5% posicionou-se como satisfeito, 39,4% não tinha certeza e 9,1% como insatisfeito. Indagados se conhecem ou já ouviram falar sobre o NEABI-Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas, 60,6% afirmou que sim, 33,3% não conhecem e 6,1% não tem certeza.

No que diz respeito à participação dos professores na pesquisa, constatou-se que 30% se autodeclarou como pessoa parda, 40% como preta e 30% como branca. Os participantes que se autodeclararam como pretos e pardos foram questionados se já haviam sofrido alguma discriminação/preconceito racial, no IFNMG-Campus Almenara, ao que 85,7% afirmou não ter sofrido e 14,3% afirmou que sim. No entanto, 71,4% dos professores autodeclarados pretos e pardos declararam terem sofrido discriminação/preconceito racial em algum momento de suas vidas, ao frequentarem outros ambientes sociais. Considerando o total de professores participantes, 80% desses profissionais afirmaram que em se tratando do quesito cor/raça, acreditam que IFNMG trata a todos os alunos com igualdade de direitos, enquanto 20% não tem certeza. Constatou-se que enquanto 70% relata nunca ter presenciado situações de discriminação/preconceito racial no *campus*, 20% afirma que presenciou e que esta situação envolvia estudante que discriminou colega e 10% presenciou e que a situação envolvia estudante que discriminou professor. 60% afirma não ter certeza de que o currículo aplicado inclui a História e Cultura Afro-Brasileira. 30% disse que inclui e para 10% não inclui. No entanto, em relação à forma com que o IFNMG trata as questões raciais 70% se diz satisfeito, 20% não tem certeza e 10% insatisfeito. 80% alegou que não participa das ações promovidas pelo NEABI-Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas do IFNMG-Campus Almenara.

Considerações finais

Os dados parciais apresentados não intencionam esgotar o tema aqui proposto, mas trazem alguns indicativos de que situações que evidenciam atitudes consideradas racistas podem ser percebidas pelos participantes e quando praticadas envolvem estudantes que discriminam colegas ou que discriminam professores. Nota-se que são desenvolvidas ações de conscientização e valorização da cultura afrobrasileira, porém, estas não são evidentes para a maioria dos respondentes. Esses dados reforçam a importância do desenvolvimento da educação antirracista como forma de resistência e contribuição para a formação integral do sujeito.

Agradecimentos

Agradecemos a todos e todas do IFNMG-Campus Almenara, especialmente aos interlocutores da pesquisa, ao diretor do IFNMG-Campus Almenara pela sensibilidade em relação ao desenvolvimento da pesquisa na instituição. Agradecemos ao Programa de Apoio à Pesquisa na Pós-Graduação do IFNMG/PROPPI.

Referências

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- GOMES, N. L. **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GOMES, N. L. Diversidade Cultural, currículo e questão racial. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. de A.; SILVERIO, V. R. (Orgs). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.
- RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em: 15 ago 2022.